



OBSERVAÇÕES SOBRE A VIDA ACADÊMICA DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NO INTERIOR DO BRASIL

Wallace Rodrigues¹

RESUMO

Este escrito versa sobre as reflexões acerca de ser professor universitário em uma universidade pública no interior do Brasil, longe das capitais estaduais. Ele se coloca como um relato de experiência, com forte aporte bibliográfico. O objetivo desse escrito é pensar sobre as situações que influenciam a vida do professor universitário em um campus pequeno, público e interiorano. Os resultados mostram que a interiorização das universidades públicas chegou a um momento de necessária avaliação para verificar sua eficácia pedagógica, social e científica.

Palavras-chave: Ensino superior; Universidade Pública; Professor universitário.

THOUGHTS ABOUT THE ACADEMIC LIFE OF AN UNIVERSITY PROFESSOR IN THE INTERIOR OF BRAZIL

ABSTRACT

This paper deals with the reflections about being university professor in a public university in the interior of Brazil, far from state capitals. It is an experience report, but a bibliographical one. The purpose of this paper is to think about the situations that influence the life of an university professor in a small, public and interior campus. The results of this paper show that the internalization of public universities reached a moment of necessary evaluation to verify their

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Araguaína. Doutor em Humanidades pela Universiteit Leiden (Países Baixos).

pedagogical, social and scientific effectiveness.

Keywords: Higher education; Public university; University professor.

OBSERVACIONES SOBRE LA VIDA ACADÉMICA DE PROFESOR UNIVERSITARIO EN EL INTERIOR DE BRASIL

RESUMEN

Este escrito versa sobre las reflexiones acerca de ser profesor universitario en una universidad pública en el interior de Brasil, lejos de las capitales. Se coloca como un relato de experiencia, pero de cuño bibliográfico. El objetivo de este escrito es pensar sobre las situaciones que influyen la vida del profesor universitario en un campus pequeño, público e del interior del país. Los resultados muestran que la interiorización de las universidades públicas llegó a un momento de necesaria evaluación para verificar su eficacia pedagógica, social y científica.

Palabras clave: Enseñanza superior; Universidad Pública; Profesor universitario.

INTRODUÇÃO

Este escrito se coloca como um relato de experiências sobre a vida de professor universitário em uma universidade pública no interior do Brasil, longe das capitais estaduais e não sofrendo influência direta de tais capitais.

Não desejamos desprestigiar os campus universitários do interior, mas buscar melhor compreender como trabalham e como funciona a vida universitária neles, já que as universidades brasileiras fora do eixo Rio-São Paulo foram criadas a partir do que se conhecia das universidades dessas grandes capitais estaduais.

Partindo de um olhar histórico sobre a criação e a vida das universidades nacionais, relatamos as formas de se pensar uma universidade pública e as consequências de se ter um campus de universidade pública no interior dos estados.

Nossa posição é a de professor de campus de interior da Universidade Federal do Tocantins – UFT. A UFT é uma das novas universidades públicas que tiveram um grande

crescimento (também em direção ao interior) durante os governos Lula e Dilma. Trabalhamos no campus de Araguaína, no norte do estado, a 385 km da capital Palmas.

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NO INTERIOR DO BRASIL

Diferentemente dos professores do ensino superior de universidades públicas que atuam nas grandes capitais brasileiras, a vida do professor universitário de interior (fora das capitais e fora da influência de suas cercanias) tem suas peculiaridades, que podem ser vistas como vantagens e desvantagens.

Assim, iniciamos esse escrito mostrando alguns momentos históricos que marcaram, e ainda marcam, as universidades brasileiras, principalmente as universidades públicas. Esses momentos são de fundamental importância para compreender as universidades do interior do Brasil e a mentalidade acadêmica que existe nos campus interioranos.

Vale começar pelos começos das instituições universitárias no Brasil. Elas se estabeleceram a partir da chegada de Dom João VI, com sua corte, ao Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808. De simples cidade colonial e periférica, o Rio de Janeiro foi elevada à sede da monarquia portuguesa. Essa mudança de sede trouxe-nos um certo “progresso”, incluindo universidades, como nos conta a professora Ana Mae Barbosa (1995):

Quando D. João VI aportou no Brasil, para daí governar Portugal, criou as primeiras escolas de educação superior: Faculdade de Medicina, para preparar médicos para cuidar da saúde da corte; Faculdades de Direito, para preparar a elite política local; Escola Militar, para defender o país de invasores e uma Academia de Belas-Artes. Portanto, o ensino das Humanidades começou no Brasil pela Arte. (BARBOSA, 1995, p. 60)

Dito isso, podemos verificar que os primeiros cursos de ensino superior brasileiros foram medicina, direito, engenharia e artes. E todos baseados na “grande” cidade do Rio de Janeiro da época. Nesse sentido e voltando ao passado, notamos que as universidades brasileiras nascem com uma vocação citadina e como instituições de grandes centros urbanos.

Mais tarde, com a estruturação da Universidade de São Paulo – USP, na década de 1930, consolidamos nossa forma de conceber uma universidade, pelo menos nas áreas de

humanidades, de uma maneira muito francesa. O que queremos dizer com isso? Queremos mostrar que nossa mais prestigiada universidade nacional se baseia no pensar francês, na forma francesa de conceber uma universidade, onde as discussões filosóficas prolongadas (repletas de reflexões e apresentações de questões) são tomadas como ponto central na formação de uma intelectualidade universitária nacional.

Podemos dizer, ainda, que a principal fonte de inspiração para as universidades brasileiras foi o mundo acadêmico francês. Lembramos que a França tem uma longa história universitária, que remota ao século XII e à criação da Universidade de Paris.

A USP, por exemplo, teve importantes intelectuais franceses trabalhando em sua consolidação, tais como: Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, entre outros. Eles difundiram novos padrões de pesquisa e ensino no Brasil e foram responsáveis pela formação das novas gerações de estudiosos sociais brasileiros.

Também, a expansão dos campus universitários de universidades públicas em direção ao interior acontece durante os governos Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2016), baseados em uma ideologia de que o ensino superior deveria chegar aos filhos das camadas sociais menos abastadas do país. Já que, como nos mostrou, historicamente, Ana Mae Barbosa, a universidade brasileira sempre teve uma vocação para formar a elite local.

Foi na década de 2000 que as universidades públicas começaram a se interiorizar com mais força. A partir daí elas começaram a enfrentar os mais variados problemas. Os professores Mauricio Alves da Silva e Neila Nunes de Souza (2014) nos mostram como ocorreu essa interiorização das universidades em tal década:

O ensino superior se expande com uma nova configuração, e o interior, a regionalização, a universidade nos mais longínquos rincões é uma realidade. Chegam os códigos de vagas, concursos para docentes e técnicos administrativos, o ingresso dos alunos e os cursos funcionando. Com eles vieram também os problemas, que residem desde a infraestrutura física, o acervo das bibliotecas e até mesmo a permanência de professores. (SILVA; SOUZA, 2014, p. 3)

Também, o documento intitulado “Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012” nos mostra o grande aumento no número de universidades públicas federais e de campus colocados no interior do país para atender às demandas universitárias de

muitos municípios:

De 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 câmpus para 274 câmpus/unidades, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138%. (BRASIL, 2012, p. 11)

Não podemos esquecer que foi através do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que o governo federal fomentou a criação de vários campus pelo interior do Brasil.

Vemos, também, que os cursos como medicina, engenharia e direito eram, e ainda são, os cursos com mais status dentro das universidades nacionais. Essa concepção de cursos de elite (com mais status) e cursos de pobres (principalmente as licenciaturas) começa a se desfazer com os sistemas de cotas universitárias nas universidades federais e estaduais pelo Brasil afora.

As universidades passaram, efetivamente, a ter uma vocação social de aceitação de grupos antes pouco vistos em seu meio. No entanto, o pensamento dos grupos mais pobres da sociedade e que ingressam na universidade pública ainda não compreende bem a função social das novas universidades públicas. Verificamos que os estudantes mais pobres acreditam no imaginário de universidade enquanto lugar de formação dos grandes intelectuais, mesmo nos campus mais precarizados do interior.

Também, grande parte dos professores de nossos campus do interior são das regiões sudeste e sul, o que nos torna “forasteiros” em terras alheias. Dizemos isso porque lidamos com os “locais” a partir de nosso conhecimento de outros lugares culturais. Notamos os conflitos que ocorrem, algumas vezes, entre a forma de pensar dos professores e as concepções dos estudantes locais. A personalidade do professor (e tudo que esse professor traz consigo de bagagem social, histórica, culturas, etc) se torna parte de seu processo de trabalho no interior, como nos diz Maurice Tardif (2000):

[...] nas atividades e profissões de interação humana como o magistério, o trabalhador está presente pessoalmente no local de trabalho e sua pessoa constitui um elemento fundamental na realização do processo de trabalho em interação com outras pessoas, isto é, com os alunos, os estudantes. Em outras

palavras, nas profissões de interação humana, a personalidade do trabalhador é absorvida no processo de trabalho e constitui, até certo ponto, a principal mediação da interação (TARDIF, 2000, p. 16)

Nesse sentido, o professor “forasteiro” em um campus do interior interage diretamente com os locais a partir de sua própria cultura, de seus pensamentos acerca do que seria uma universidade e de suas crenças sobre como agir pedagogicamente. Tudo isso pode diferenciá-lo dos estudantes, causando conflitos ou instigando a curiosidade por saber mais.

Também, os professores das universidades federais que trabalham no interior, em sua maioria, sempre tentam se adaptar à cultura do local onde estão lecionando, mesmo que seja aprendendo através dos tropeços e críticas. E as críticas parecem ferir mais aos estudantes do interior do que aqueles das grandes cidades. A crítica, como nos mostra Paulo Freire (2008), deve ser tomada como provocação para o conhecimento e a melhoria, e não como algo negativo:

Mais uma vez, caímos na única atitude, para nós legítima do professor que seja um mestre do momento nacional: a do diálogo, a da criticidade. Seria talvez óbvio falar-se do perigo que corremos numa sociedade desalienada, por isso mesmo em busca de criações autênticas, de nos assustarmos com elaboração criadora que, rompendo a rotina, alimenta uma sã «aventura do espírito». Um professor universitário que não corra esse risco ou que assuste com quem o corra «está fadado a morrer de frio», pois, somente no exercício de sua atividade espiritualmente criadora e recriadora pode o homem aquecer-se e sobreviver intelectualmente. As universidades brasileiras cumprirão sua fundamental missão na medida em que seus professores nos integrem às novas condições do país e nos tornemos na verdade o que devemos ser: educadores e não transmissores de comunicados. (FREIRE, 2008, p. 143)

Outro ponto a destacar é que os campus do interior são campus com um grande número de licenciaturas, já que esses cursos são, numa concepção brasileira, os mais baratos de se montar e se manter, além de atender uma demanda reprimida de professores para municípios e estados. No curso de Letras, onde atuamos, a maior parte de nossos estudantes termina o curso já empregado. Geralmente esses empregos são via contratos nas redes públicas ou privadas, já que não há muitos concursos públicos na região.

Ainda, as dificuldades de acesso aos campus do interior podem ser inúmeras. Não falamos somente sobre boas estradas, mas, também, sobre aeroportos com uma quantidade razoável de voos diários. Devemos lembrar que temos imensas distâncias a vencer entre as

capitais e os campus do interior da região norte ou centro-oeste, por exemplo.

Essa dificuldade de acesso se coloca, ainda, como um entrave na realização de eventos científicos nos campus do interior, pois os grandes eventos dificilmente chegam até nós. Até mesmo convidar um professor universitário conhecido para palestrar ou ser banca de pós-graduação se torna um problema sem um aeroporto com um bom número de voos e tarifas razoavelmente acessíveis.

Um outro ponto problemático para os campus de interior é a mentalidade interiorana, onde o conservadorismo persevera nas relações sociais. Os rígidos costumes sociais interferem diretamente nas relações familiares, nas relações de propriedade, nas relações religiosas e acabam tentando adentrar o ambiente universitário, que deve prezar por ser livre de dogmatismos.

Em nosso campus muitos estudantes radicalmente religiosos têm conflitos intelectuais já no primeiro período, pois, como vários outros campus do interior, as universidades se colocam como lugares de liberdade e de aceitação do diferente e do novo. E aceitar o diferente nem sempre é fácil para quem tem dogmas religiosos muito estritos.

Vemos que muitos de nossos estudantes ingressantes se assustam com o ambiente de liberdade universitário, mesmo nos campus do interior. Se buscamos pensar cientificamente, não podemos nos ater às rígidas regras que normatizam as relações sociais interioranas, pois temos que ver, entender e pesquisar para além delas.

Há que se destacar, ainda, que existe uma imensa solidariedade entre os estudantes. Eles se ajudam até na resolução de atividades intelectuais universitárias, para além da solidariedade relacionada aos bens. É normal ver estudantes pagando lanches ou xeros para aqueles menos favorecidos.

Notamos, também, que existe um problema de identidade por parte dos estudantes universitários do interior. Acreditamos que isso esteja diretamente ligado às rígidas relações sociais interioranas. Se a universidade parece ser uma instituição prioritariamente das capitais dos estados, a percepção dos estudantes é de que eles não são tão desimportantes assim. É difícil, principalmente para os estudantes, assumirmos nossa “subalternidade periférica” e nossos problemas em relação às universidades dos grandes centros urbanos nacionais.

Verificamos, também, que a vaidade acadêmica dos professores universitários do interior parece ser menos exacerbada do que daqueles trabalhando nas universidades das grandes

capitais. A competição acadêmica no interior é menor, pois há poucos profissionais universitários de áreas específicas do conhecimento atuando no interior. Isso ajuda para que não haja muita competição.

No entanto, a carência de bons laboratórios, de boas bibliotecas, de incentivo à pesquisa, entre outros pontos, faz com que os docentes universitários que se decidiram por ficar no interior fiquem desanimados. Silva e Souza (2014) nos relatam alguns dos mais recorrentes problemas da interiorização das universidades públicas:

A realidade que se descortina nos remete a necessidade da discussão e do repensar a Universidade adaptada as novas demandas, mas sobretudo, diante de suas reais condições de manutenção e funcionamento que necessariamente passam pelas condições de trabalho dos docentes. Necessita de tomada de decisão política, pois efetivamente está se proporcionando o ingresso de mais alunos nas universidades, porém no interior, com as condições de carência de toda ordem, o estudante pobre, estuda na universidade pobre, sem pesquisa, extensão, capenga, e, o ensino que ainda utiliza o giz, como principal recurso, vai-se dizendo que vamos ensinando. (SILVA; SOUZA, 2014, p. 8)

Ainda, notamos que há uma vocação social dos campus interioranos das novas universidades federais e estaduais. Tais campus interioranos tentam incorporar a sociedade em seu meio, tentando acabar com a distância entre universidade e sociedade através de atividades que se estendem às populações locais.

Sabemos que o campus interiorano deve fazer sentido para as pessoas da comunidade, trazendo benefícios sociais e até econômicos. O campus interiorano deve passar a ser significativo para as pessoas de determinada localização, tentando integrar a comunidade local em suas atividades. Ana Lúcia Enne e Marina Dutra (2016) nos falam um pouco sobre esses mecanismos de ocupar e significar lugares:

Por exemplo, a memória pode ser fundamental como recurso para criar um engajamento entre os sujeitos e o espaço que se pretende configurar, em um efeito de lugar, como sendo legítimo para um determinado grupo em termos de identidade; da mesma forma, a autoridade instituída pelo capital social (título de especialista, cargo por eleição etc.) pode ser utilizado como aval para a consolidação de determinada prática do espaço (esvaziar um espaço vivido historicamente por sujeitos de classe economicamente subalternizada em nome de uma vocação turística ou de uma narrativa celebrante do progresso, por exemplo). Podemos citar ainda, como exemplo complementar, as reivindicações

em termos culturais e ou o pertencimento (“nascido e criado”, “sempre vivi aqui” etc.) como signos ativados na reivindicação pelo direito legítimo de ocupar e definir os significados acerca de um determinado espaço. São muitos os exemplos possíveis, pois são muitos os tipos de capital que podem ser acionados na luta pela apropriação do espaço e configuração de efeitos de sentido que o transforme em lugar significado e hegemônico. (ENNE; DUTRA, 2016, p. 3)

Notamos, também, que há muitos conflitos nos campus do interior causados pela falta de entendimento e acolhida a aqueles que chegam com a “autoridade instituída pelo capital social” (no caso os professores universitários concursados e provenientes, geralmente, dos grandes centros do país) e aqueles que detêm “as reivindicações em termos culturais e ou o pertencimento”.

Por outro lado, vemos, ainda, a grande mudança pessoal por que passam os estudantes que terminam os cursos dos campus do interior. Aqueles que saem graduados se colocam como detentores de novo capital profissional e social. Muitos desistem logo no começo, vendo que a vida universitária não é algo fácil ou para eles.

Também, devemos verificar que a expansão das universidades em direção ao interior do país atendeu a uma população que nunca teve acesso a curso superiores públicos. A criação de campus no interior do Brasil é algo de determinado momento histórico recente e que nos leva a pensar sobre as “interioridades¹” de nosso país. Paulo Freire (2008) nos incentiva a agir pensando no universal e no local:

Estão a exigir da Universidade uma crescente e corajosa abertura a seu mundo para que se faça uma instituição autêntica de seu tempo. Para que, preocupando-se real e verdadeiramente com o universal, não se sinta em contradição ao se preocupar com o local regional. Não somos pessimistas quanto à generalização do professor educador na universidade brasileira. Quanto à preponderância de professores «do trânsito». (FREIRE, 2008, p. 143)

Novamente voltamos à situação de “transito” dos professores, não somente na questão do saber, mas também na questão da vida pessoal desses profissionais que decidiram trabalhar num campus do interior do Brasil. Verificamos que nem todos os professores se

1 Enquanto “interioridades” compreendemos as particularidades eminentemente do interior do país, como o estrito controle social, o conservadorismo, a precariedade de determinadas condições de vida, o difícil acesso, a importância da religião, entre outros pontos que marcam uma determinada mentalidade interiorana brasileira.

adaptam às situações sociais, culturais, acadêmicas, de moradia, etc., características dos campus mais remotos e acabam pedindo redistribuição para universidades maiores e mais centrais ou mesmo fazendo novos concursos públicos e movendo-se em direção aos grandes centros. Silva e Souza (2014) nos relatam sobre alguns problemas enfrentados pelos professores que se destinam ao interior:

Aprovado retorna o professor que vem para ficar, para se apresentar na cidade que irá trabalhar e, não raras vezes o choque, de um interior que não tem as condições objetivas de uma grande cidade. Muitos assumem e diante das condições desse “novo” lugar não conseguem se estabelecer com suas famílias, por questões das mais variadas naturezas. São freqüentes as transferências, remoções, permutas, docentes adoecendo, bem como suas famílias, por vezes até mesmo pedidos de demissão. A construção e a consolidação da Universidade passa também pelas condições dos docentes que aqui se propõem a viver. (SILVA; SOUZA, 2014, p. 7)

Esse movimento intenso de professores é, algumas vezes, problemático em relação à formação de um corpo docente coeso nos cursos superiores dos campus do interior. Com isso não desejamos dizer que os professores não possam se mover, mas que há campus que sofrem cotidianamente com esses problemas de fixação de docentes universitários.

Isso faz com que a pesquisa, o ensino e a extensão sejam diretamente afetados, ocasionando uma ruptura em trabalhos científicos interessantes e que demandariam mais tempo e recursos para serem executados e publicizados.

Do mesmo modo, a sociedade local sente que a fixação dos professores é um problema e tenta priorizar os profissionais locais. No entanto, os profissionais locais não detêm a titulação necessária para concorrer aos cargos disponíveis e nem a formação sólida oferecida pelas grandes universidades nacionais.

Quanto ao fator econômico, lembramos que no interior do Brasil o custo de vida é, geralmente, bem mais barato do que daquele das capitais e que o salário de um professor de universidade pública não varia por causa de sua localização. Dizendo isso, podemos afirmar que monetariamente se vive melhor no interior do país, principalmente em cidades de porte médio, onde há acesso razoável a vários bens e serviços encontrados também nos grandes centros.

Também informamos que não podemos comparar uma cidade de médio porte no

Brasil com uma grande capital. Por mais que tenhamos desenvolvido o interior do país nas últimas décadas, os bens culturais encontrados nas grandes cidades brasileiras nunca serão de fácil acesso nas cidades do interior.

Neste caminho de escolhas, podemos dizer que há vantagens e desvantagens em ser professor universitário nos campus interiorizados das universidades públicas. Porém, as condições precárias de infraestrutura, poucos recursos para pesquisa, fragilidades bibliotecárias e laboratoriais, falta restaurantes universitários, ausência de áreas esportivas e multifuncionais, carência de auditórios, entre tantas outras carências, parecem, infelizmente sobrepor-se às vantagens.

CONSIDERAÇÕES POUCO FINAIS

Nesse escrito procuramos revelar algumas experiências sobre como funciona um campus universitário no interior do Brasil e qual é o papel do professor do ensino superior na percepção da cultura universitária local. Isso com vistas a tentar compreender as complexas realidades que movimentam um campus no interior do Brasil.

Reconhecer a relevância fundamental dos saberes e fazeres dos professores universitários de fora e suas impressões sobre os locais onde trabalham pode ser fundamental na construção de uma identidade universitária local, principalmente no interior do Brasil.

A partir das visões dos professores universitários que atuam no interior do país é possível discutir demandas educacionais que atingem os campus interiorizados, apresentar propostas para problemas que afligem a academia em sua atitude interiorana e buscar uma visão propositiva para a melhoria do ensino universitário no interior do país.

É fato dizermos que o exercício da profissão de professor do ensino superior nos campus do interior do Brasil não é tarefa fácil e nem serviria a todos os docentes universitários. Há que se ter um desejo pelo novo, pela descoberta, pela aventura e pelo empenho em formar profissionais locais para o futuro.

Lembramos que os professores universitários que atuam no interior carregam ideologias pessoais e tentam se inserir num contexto onde essas ideologias ganham sentido. Essa empreitada é complexa e, algumas vezes, se coloca como um conflito ou como uma realização

pessoal.

À guiza de considerações finais, podemos verificar que a interiorização das universidades públicas chegou a um momento de urgente avaliação para que se verifiquemos sua eficácia pedagógica, social e científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação Pós-colonialista no Brasil: Aprendizagem Triangular. In: Comunicação e Educação. São Paulo, v.01, n.02, p. 59-64. jan./abr. 1995.

BRASIL. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Ministério da Educação. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, Brasília, 2012.

ENNE, Ana Lúcia Silva; DUTRA, Marina. Entre conter e resistir: relações entre cultura e territorialidades. **Revista Z Cultural**. UFRJ, v. 01, pág. 1-8, 2016.

FREIRE, Paulo. O professor universitário como educador. IN: **Revista Historia de la Educación Latinoamericana** N.10, Tunja, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, RUDECOLOMBIA, pág. 139-144, 2008.

SILVA, Mauricio Alves da; SOUZA, Neila Nunes de. A Expansão da Educação Superior no Brasil: Uma abordagem da Universidade multicampi'. IN: **4.ª Conferência do FORGES** - Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2014, Luanda: Universidade Agostinho Neto, Luanda Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Lubango, 2014. v. 01. pág. 1-10.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. IN: **Revista Brasileira de Educação**. N. 13, pag. 5-13 jan./fev./mar./abr. 2000.